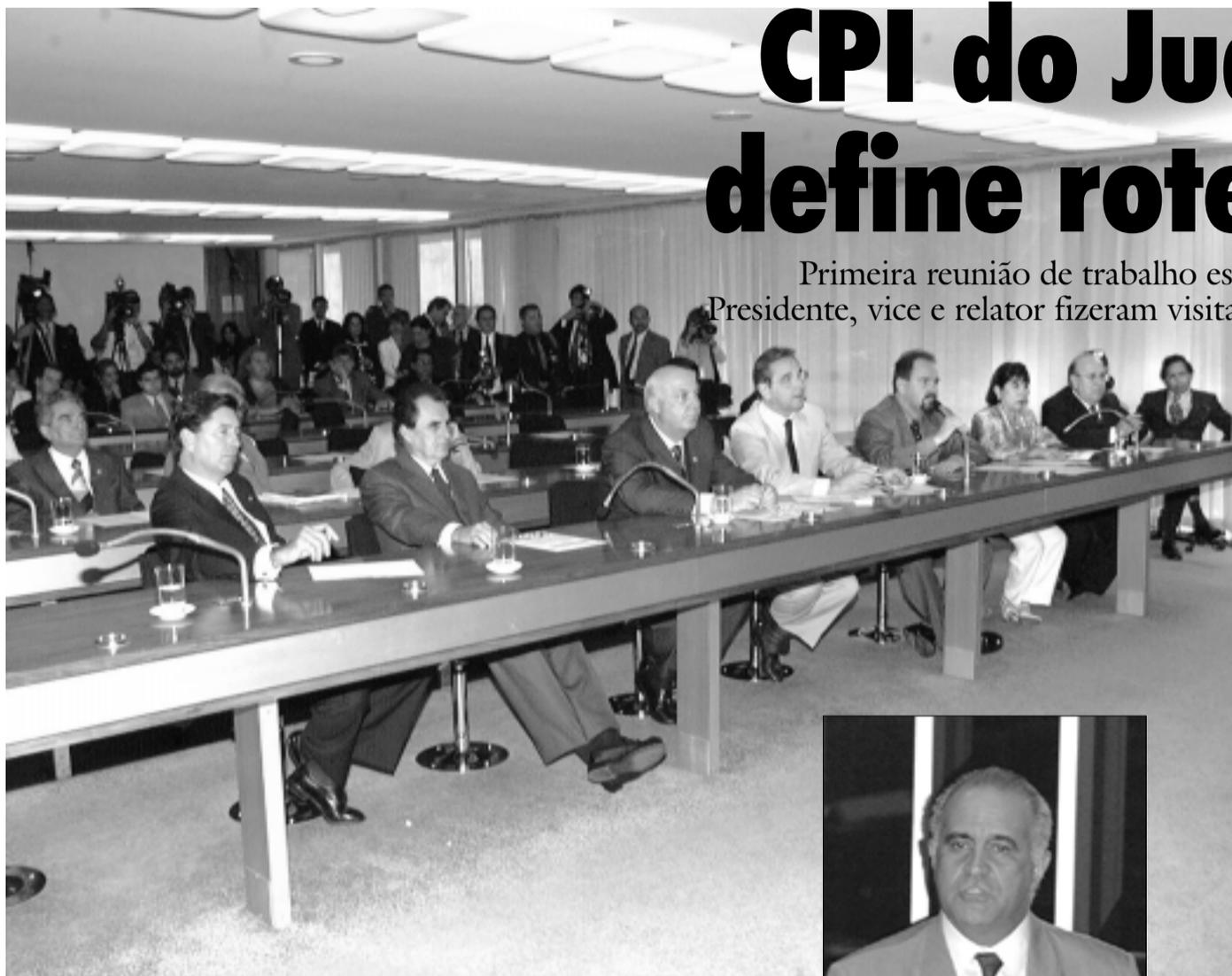


CPI do Judiciário define roteiro hoje

Primeira reunião de trabalho está marcada para as 18h. Presidente, vice e relator fizeram visita ao Supremo Tribunal Federal



A Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar denúncias de irregularidades no Judiciário terá sua primeira reunião de trabalho hoje, às 18h. Na reunião, os senadores deverão discutir o roteiro a ser apresentado pelo relator, senador Paulo Souto. Ele já adiantou que, entre outras providências, pretende propor o envio de ofícios solicitando informações aos presidentes de tribunais citados no requerimento de criação da CPI, apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

A comissão deverá analisar os documentos relacionados com as denúncias antes de iniciar as convocações para depoimentos. Além disso, os senadores poderão fazer diligências para investigar as denúncias, principalmente no que se refere a suspeitas de superfaturamento.

Ontem, o presidente da CPI, Ramez Tebet, o vice, Carlos Wilson, e o relator visitaram o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello.



CPI do Judiciário debate hoje o roteiro de trabalho a ser apresentado pelo relator, Paulo Souto (foto menor). Convocações para depoimentos devem ocorrer após a análise dos documentos relacionados com as denúncias de irregularidades

PÁGINA 3

SISTEMA FINANCEIRO

Comissão deve convocar dirigentes do Banco Central

O Senado instala hoje, às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro. A comissão deve escolher em seguida o presidente e o vice. Para relator, está prevista a designação do senador João Alberto.

O presidente e o diretor de Fiscalização do Banco Central devem ser os primeiros a prestar depoimentos. O autor da proposta de criação da CPI, senador

Jader Barbalho, pretende pedir a requisição dos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros, para esclarecer a movimentação de compra e venda de dólares.

PÁGINA 5

Jader Barbalho quer esclarecer movimentação de compra e venda de dólares



CCJ vota emenda que acaba com juiz classista

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprecia hoje uma proposta de emenda constitucional do ex-senador Gilberto Miranda que extingue a representação classista na Justiça do Trabalho, e outra, da senadora Emília Fernandes, que altera os critérios para escolha dos juízes. O relator das duas propostas, senador Jefferson Péres, já se pronunciou favoravelmente à extinção, por considerar que a representação classista tem sido de pouca utilidade.

PÁGINA 2

Estados pobres recebem menos, denuncia Viana

PÁGINA 8

Pontes vê descaso com o Nordeste

PÁGINA 8

CCJ aprecia emenda que extingue classistas

Outra proposta em exame na comissão, apresentada pela senadora Emilia Fernandes, modifica a Justiça do Trabalho, para adaptá-la às reformas administrativa e previdenciária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprecia hoje, a partir das 10h30, proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista, de autoria do ex-senador Gilberto Miranda. Outra alteração constitucional em exame, proposta pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), modifica a Justiça do Trabalho, adaptando-a às reformas administrativa e previdenciária. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator de ambas as propostas, já se pronunciou favoravelmente à extinção do cargo.

– O estudo do Direito Comparado nos mostra que o modelo implantado no Brasil é único no mundo. Além do mais, ainda que a representação classista esteja presente desde o início da Justiça do Trabalho, ao longo desses 50 anos de existência tem demonstrado pouca utilidade na solução dos conflitos das relações de trabalho – avalia o relator.

Emilia Fernandes discorda e defende a introdução de novos critérios para a escolha dos juízes. A senadora entende que as modificações que pro-



Jefferson Péres, relator das duas propostas, disse que a representação classista é cara e tem pouca utilidade

põe adaptam a legislação às novas normas resultantes das alterações realizadas pelas reformas administrativa e previdenciária.

A proposta de Emilia prevê a instituição de audiências, coordenadas pelos juízes classistas, com a finalidade exclusiva de tentar a conciliação prévia entre as partes. Ela explica que por meio desse mecanismo “certamente se conseguirá descongestionar as pautas de instrução processual na Justiça do Trabalho”.

Outra medida proposta pela senadora define critérios para a escolha

dos juízes classistas, incluindo escolaridade, tempo mínimo de sindicalização (três anos) e de exercício profissional (cinco anos), além da exigência para a ascensão aos tribunais superiores de experiência prévia nas instâncias inferiores.

Já o relator manifesta entendimento contrário ao de Emilia, quando afirma que “a representação classista nasce de uma concepção corporativa e por isso não tem a capacidade de expressar a participação do povo na prestação jurisdicional”. Outro aspecto que mereceu crítica de Jefferson Péres refere-se à manutenção do juiz classista.

– Segundo dados atualizados do Tribunal Superior do Trabalho, a representação classista na atividade custa aos cofres públicos, em média, ao ano, R\$ 126,5 milhões, enquanto os aposentados dessa categoria consomem R\$ 96,5 milhões – diz.

VALORES PÚBLICOS

Com parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), a CCJ apreciará projeto da Câmara estabelecendo que a apreciação, pelo

Tribunal de Contas da União, das contas prestadas anualmente pelo presidente da República seja efetuada “com observância dos períodos de efetivo exercício do cargo do seu titular”.

A proposta estabelece, ainda, que as contas dos administradores responsáveis por bens e recursos públicos serão julgadas pelos tribunais de contas nominalmente, segundo os períodos de efetiva responsabilidade. A medida evitará que um governador licenciado possa ter as contas relativas a período em que já estava afastado do cargo julgadas exclusivamente em seu nome, sem que seja atribuída responsabilidade ao seu substituto.

Presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), a CCJ deverá apreciar mais sete matérias além das três já citadas. Entre elas a de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, com parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Aprovado acordo que viabiliza despoluição do Tietê

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira entre o Brasil e a Alemanha, de maio de 1997, que isenta de taxas portuárias, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e demais encargos fiscais o material adquirido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) para o projeto de monitoração da qualidade das águas do rio Tietê, em São Paulo. A proposta aprovando o protocolo adicional ao acordo – que conta com recursos de até 10 milhões de marcos alemães – ainda será votada pelo plenário.

Já aprovado pela Comissão de Re-

lações Exteriores e Defesa Nacional, o projeto de decreto legislativo foi relatado na CAE pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Segundo o senador, a empresa paulista está impossibilitada de arcar com os custos da importação de equipamentos financiados pelo governo alemão para o projeto de despoluição do rio Tietê. Por esse motivo, observou o relator, o parecer foi favorável às isenções de taxas e impostos que seriam pagos pela companhia.

– O programa de despoluição do Tietê é importante para a qualidade de vida dos habitantes de São Paulo – disse Bornhausen.

Os senadores da CAE decidiram pedir vista do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1999, de autoria do Po-



Bornhausen afirmou que o programa de despoluição do Tietê é importante para São Paulo

der Executivo, que disciplina os limites das despesas com pessoal. O pedido de vista, feito por José Eduardo Dutra (PT-SE), contou com o apoio

dos demais senadores, inclusive do relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Dutra argumentou que é melhor aguardar o aperfeiçoamento e a votação do Projeto de Lei nº 9/99, também do Executivo, sobre regras para demissão dos servidores estáveis devido a excesso de gastos, que está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Também houve pedido de vista do projeto de resolução que estabelece contrato de abertura de crédito entre a União e o estado do Amazonas para saneamento do Banco do Estado do Amazonas e para projeto de lei do Senado que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

10h - Despacho interno
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Mensagem nº 85/99, que submete o nome de Rubens Antônio Barbosa para embaixador nos Estados Unidos; *Mensagem nº 87/99, que submete o nome de Luciano Martins de Almeida para embaixador do Brasil em Cuba e, cumulativamente, em Antígua e Barbuda; *Requerimentos nº 109/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 20 e 25/99, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Bonfim (RR); e nº 110/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos projetos de lei do Senado nºs 19 e 24/99, por versarem sobre a criação da Escola Agrícola Federal de Pacaraima (RR).

COMISSÕES

9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Entre outros, emendas nºs 1 e 2, oferecidas em plenário, ao substitutivo do Senado ao *PLC nº 94/94; *PLC nº 60/95, que institui a gratificação de adicional por tempo de serviço aos empregados em geral; *PLS nº 78/99 (decisão terminativa), que dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais; *PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; *PLC nº 12/99, que concede pensão especial a Cláudio Villas Boas e a Orlando Villas Boas; e *PLS nºs 63, 97 e 159, de 1999 (decisão terminativa), que, respectivamente, dispõe sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas; altera a Lei nº 9.294/96, a qual dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos e terapias e defensivos agrícolas, nos termos do parágrafo 4º do art. 220 da Constituição federal. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*

10h - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Instalação e eleição do presidente e vice-presidente. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Entre outros, *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PEC nº 26/99, que altera dispositivos da Constituição federal relativos à Justiça do Trabalho; *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 02/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade da participação em curso de prevenção ao uso de drogas e álcool aos motoristas que, alcoolizados ou sob efeito de outra substância química, provocarem acidente de trânsito; *PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público; e *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal, bem como o art. 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
18h - CPI do Judiciário
Pauta: Reunião para o relator, senador Paulo Souto, apresentar o Plano de Trabalho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Dutra acredita que investigações podem chegar às empreiteiras

A investigação pela CPI do Judiciário de denúncias de superfaturamento envolvendo a construção de prédios por tribunais em todo o país deve chegar às empreiteiras responsáveis pela obra, opinou ontem o senador



José Eduardo Dutra

José Eduardo Dutra (PT-SE). Para ele, quando há indícios de corrupção em obras públicas, normalmente as empreiteiras estão envolvidas:

– O Senado, que recusou a CPI das Empreiteiras, a partir das conclusões da CPI do Orçamento, fa-

talmente terá que investigá-las agora – defendeu o senador.

Com relação às denúncias de nepotismo, que também motivaram o pedido de CPI pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o senador petista disse que deve haver inves-

tigação. No entanto, ele não acredita que seja possível punir alguém:

– As investigações sobre nepotismo não levarão a qualquer punição, porque contratar parentes, infelizmente, não é proibido por lei – comentou Dutra.

Plenário vota nomes de dois embaixadores

O plenário do Senado aprecia hoje, em turno único, a indicação, pelo presidente da República, dos nomes para os cargos de embaixador do Brasil nos Estados Unidos e em Cuba. O ministro Rubens Antônio Barbosa está sendo indicado para a embaixada brasileira nos Estados Unidos. Para a embaixada em Cuba, o escolhido é o assessor especial da Presidência da República, Luciano Martins de Almeida.

Rubens Barbosa iniciou a carreira diplomática em 1962 e exerceu diversos cargos na hierarquia do Ministério das Relações Exteriores, inclusive de ministro interino da pasta. No exterior, serviu em Londres e no Uruguai. Luciano Martins, que cumulativamente será embaixador em Antígua e Barbuda, não pertence à carreira diplomática e dedicou-se à vida acadêmica na área de Relações Internacionais e Ciência Política.

CRE realizará audiências para discutir convenção

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) no sentido de que sejam realizadas audiências públicas com ministros e outras autoridades para discussão da Convenção Internacional da União para a Proteção de Obtenções Vegetais (Upov).

As audiências serão marcadas para as próximas reuniões da CRE. Projeto que estava em discussão na CRE, aprovando o texto da Upov, recebeu pedido de vistas de Viana, por entender que a matéria só poderia ser votada após os resultados das audiências.

Tião Viana justificou seu pedido de vistas diante da “cautela” que requer a matéria, uma vez

que essa convenção só reuniu até hoje 38 países signatários, enquanto que a Convenção da Biodiversidade já reúne mais de 150 países, “o que demonstra o desinteresse que a Upov vem merecendo”. A matéria trata de assunto ligado à Lei de Cultivares e à Lei de Patentes sobre produtos de natureza biológica.

A CRE aprovou ainda requerimento do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) solicitando a presença do embaixador da Iugoslávia para esclarecer ao Senado a guerra da região do Kosovo. Foram aprovados ainda pela comissão os nomes dos diplomatas Sérgio Seabra de Noronha e Carlos Alfredo Pinto da Silva para exercerem, respectivamente, os cargos de embaixadores junto ao Gabão e à Nigéria.

Souto mostra hoje roteiro para a CPI do Judiciário

Relator e demais integrantes discutem hoje, às 18h, na primeira reunião, agenda de trabalho da comissão de inquérito



Paulo Souto propõe pedir primeiro informações para só depois convocar autoridades

O senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da CPI do Judiciário, apresentará hoje o roteiro de trabalho da comissão. Na reunião, marcada para as 18 horas, os senadores discutirão o roteiro do relator, que deve incluir a solicitação de informações aos presidentes de tribunais citados no requerimento que deu origem à CPI, apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

O presidente do Senado citou, ao pedir a CPI em 25 de março, cinco fatos irregulares envolvendo corrupção, nepotismo e concessão de indenizações milionárias pela Justiça em vários estados do país. A CPI deverá analisar os documentos relacionados com as denúncias para, só então, serem iniciadas as convocações dos envolvidos. Além

disso, os senadores poderão fazer diligências para investigar as denúncias, principalmente no que se refere às suspeitas de superfaturamento:

– Defendo que esta seja uma CPI itinerante. Poderemos conferir possíveis irregularidades e mostrar à população que tudo está sendo apurado – afirmou o senador Carlos Wilson, vice-presidente da CPI.

A CPI do Judiciário, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), tem 120 dias para apresentar seu parecer final, conforme estabelecido no requerimento para sua instalação. Caso haja necessidade de continuação das investigações, pode ser solicitada a prorrogação dos trabalhos, por tempo determinado não superior a um ano.

Senadores fazem visita ao presidente do Supremo

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Carlos Wilson (PSDB-PE) e Paulo Souto (PFL-BA), respectivamente presidente, vice e relator da CPI do Judiciário, visitaram no final da tarde de ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello. A visita ao chefe do Judiciário reafirmou o espírito da CPI, “de respeitar os limites impostos pela independência entre os Poderes”, conforme explicou Ramez Tebet:

– A visita ao ministro Celso de Mello demonstra que o espírito da CPI é averiguar os fatos e apurar eventuais irregularidades,

contribuindo para o processo legislativo que irá aprimorar a Justiça brasileira – afirmou o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Ramez Tebet não vê problemas no funcionamento simultâneo da CPI com a comissão instalada na Câmara dos Deputados para elaborar uma proposta de reforma do Judiciário. “Vamos acabar fornecendo subsídios para a reforma que a Câmara está fazendo”, assegurou. Para Tebet, o simples fato de ter provocado o debate sobre a necessidade de reformas no Judiciário já representa um



Para Tebet, o grande papel da CPI foi deflagrar o processo de reforma do Judiciário

mérito para a CPI:

– Acho que a CPI teve um grande papel, que foi o de deflagrar o processo de reforma do Poder Judiciário. Isso, no mínimo, já representa um grande serviço à nação – comentou.

CAS analisa projetos que restringem propaganda de bebida alcoólica e cigarro

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 9h, para discutir pauta de seis itens, entre eles três projetos sobre propaganda de cigarro e bebidas alcoólicas que tramitam em conjunto. A relatora da matéria, senadora Heloisa Helena (PT-AL), apresentou substitutivo ao projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e posicionou-se pela prejudicialidade das propostas das senadoras Emilia Fernandes (PDT-RS) e Marina Silva (PT-AC).

O projeto de Suplicy estabelece que cada real gasto em publicidade de fumo ou bebida alcoó-

lica corresponderá ao mesmo valor aplicado em campanhas que condenem o vício ou demonstrem as conseqüências do uso desses produtos para a saúde dos consumidores.

Já a proposta de Emilia obriga toda propaganda de cerveja ou vinho a conter advertência escrita ou falada sobre os males que o álcool causa à saúde. Marina, em seu projeto, propõe a proibição da propaganda de cigarros no rádio, TV, cinema, jornais, revistas, impressos, *outdoors* e cartazes.

Também será apreciado hoje parecer do relator, senador Pau-

lo Hartung (PSDB-ES), favorável ao projeto da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que permite a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no pagamento de prestações já vencidas ou em atraso de financiamentos junto ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

Outro projeto incluído na pauta, de iniciativa do Poder Executivo, com parecer favorável da relatora, senadora Marina Silva, concede pensão especial aos sertanistas Cláudio e Orlando Villas Boas, pelos serviços prestados à causa indígena.

Incidente entre ACM e jornal deve ser superado, diz Simon

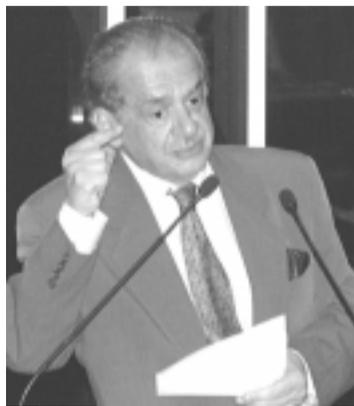
Senador vê no episódio “um momento infeliz de hostilidade e incompreensão”, que precisa ser resolvido rapidamente

A gravidade do momento político e econômico do país “recomenda que o incidente entre o presidente do Congresso Nacional e o presidente da Associação Nacional de Jornais seja superado o mais rapidamente possível”. A afirmação foi feita ontem, no plenário, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Para Simon, errou o jornal *Correio Braziliense* ao intitular como “desculpas de ACM” as explicações do senador Antonio Carlos Magalhães sobre notícia de que 11 parentes seus ocupam cargos no poder público baiano. Por sua vez, o presidente do Senado teria errado em fax enviado a Paulo Cabral, diretor do *Correio* e presidente da ANJ: “O que mais espantou, na mensagem, não foi o tom; foi a forma”, disse.

Transmitido em papel oficial, timbrado, da presidência do Senado, “talvez pelo erro de algum assessor menos avisado para a impropriedade dos termos”, o fax de Antonio Carlos “transfigurou-se em grave admoestação do próprio presidente do Congresso Nacional”, entendeu Simon.

A título de comparação, o senador gaúcho lembrou que, recentemente, ele e o jornalista Hélio Fernandes trocaram cartas a respeito de comentários feitos por este último sobre a atuação de Simon.



Pedro Simon acredita que houve equívocos dos dois lados

Nesse episódio, considerou, “as cartas mostram de que maneira se podem contornar conflitos entre os meios de comunicação e os homens públicos. Com grandeza, com elegância, com gentileza”.

Contrariamente, o incidente envolvendo o presidente do Senado retratou, na opinião de Simon, “um momento infeliz de hostilidade e incompreensão”. E isso quando, “pela primeira vez na nossa história”, acentuou, o Legislativo investigará outro poder, o Judiciário.

Para o senador, “o Brasil inteiro vê Antonio Carlos Magalhães, hoje, com jus-

tiça, como um de seus maiores vultos políticos”, tanto que “transformou-se numa sigla – ACM. ACM, para todo o mundo, é Associação Cristã de Moços, mas, no Brasil, é Antonio Carlos Magalhães”, afirmou. As charges dos caricaturistas também captam esse fenômeno à sua maneira, observou o senador, descrevendo uma delas, em que um imenso ACM, ao lado de um Fernando Henrique Cardoso e um Dalai Lama em tamanhos comparativamente reduzidos, são assombrados pelo fantasma de Sérgio Motta, que diz ao presidente da República: “Não se apequene! Não se apequene!”

Às vezes, no entanto, continuou Simon, o presidente do Senado “é refém de seu estilo. Parece ser prisioneiro de *Toninho Malvadeza*”, conforme apelidou-o o general Golbery do Couto e Silva.

No início do pronunciamento, Edison Lobão (PFL-MA) aparteou Simon para dizer que o presidente do Senado não ficaria “aborrecido”, pois o “único defeito” que o senador gaúcho apontara teria sido o de usar o papel da presidência do Senado. “Que alívio! Eu estava morrendo de medo de que ele ficasse aborrecido”, disse Simon. Em outro aparte, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) afirmou que Antonio Carlos “jamais esperaria uma palavra áspera ou hostil” por parte de Simon.

Marina pede respeito à liberdade de expressão

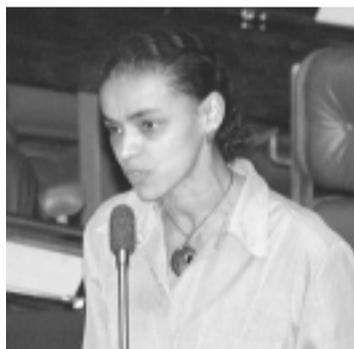
Em nome do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) disse, a respeito do episódio envolvendo o presidente do Senado e o *Correio Braziliense*, que, caso o senador tenha enxergado algum favorecimento ao jornal, a melhor atitude seria o encaminhamento da suspeita ao Ministério Público, para investigação.

– Estamos vivenciando uma das maiores conquistas da democracia brasileira, que tem como um dos seus baluartes a liberdade de expressão, e, por isso, prezado Antonio Carlos, cabe ao Senado debruçar-se sobre o episódio – disse a líder do Bloco Oposição.

A senadora ressaltou que, pela Constituição, é livre a manifestação de pensamento. “Se hoje podemos estar aqui debatendo é graças à luta por liberdade de expressão. Zelar pela Casa, pela Constituição e não tomar nenhum tipo de atitude que desrespeite esse preceito é nosso dever enquanto senadores”, completou.

Marina afirmou que causou mais estranheza ainda o fax do presidente do Senado ao jornal porque há pouco houve uma sessão em homenagem ao *Correio Braziliense*. Para ela, a atitude atual de Antonio Carlos contradiz suas palavras elogiosas ao jornal, na época.

Marina elogiou o “gesto de grandeza” de Pedro Simon (PMDB-RS), que discor-



Marina afirma que, se há suspeita de favorecimento, deve ser levada ao Ministério Público

dou da atitude de Antonio Carlos, ao oferecer outra abordagem à discussão.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou o pronunciamento de Marina e frisou que quem já acompanhou outras comissões de inquérito certamente acredita que as presentes CPIs terão conseqüências importantes para a sociedade. A senadora Heloisa Helena (PT-AL) disse que se sente incomodada com “qualquer demonstração de arrogância”. Para ela, o alerta que a Casa fez ao presidente do Senado enobrece a democracia. O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que Marina “falou pela consciência democrática da Casa”.

Para Jader, senador tinha direito de reagir

Aludindo à matéria em que o *Correio Braziliense* afirmou que o presidente do Senado tem parentes em cargos públicos, e à resposta que ele enviou, via fax, à direção do jornal, o líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), solidarizou-se ontem com Antonio Carlos Magalhães. “V.Exa. tem o direito, como político, como cidadão, como senador da República, de reagir, e V.Exa. reagiu”, afirmou Jader.

O líder peemedebista ressaltou que talvez não tivesse reagido como Antonio Carlos, mas considerou pertinente sua resposta. Frisou ter muito respeito pelo *Correio Braziliense*, reiterando as observações feitas quando o Senado homenageou o jornal, mas considerou justa a irritação do presidente do Senado com a forma como a matéria foi publicada.

Também disse que não redigiria uma resposta como a de Antonio Carlos Magalhães. “Esse é um estilo de V.Exa., que haverá de ser respeitado. E mais, como seu colega, em nome da liberdade de imprensa e sendo V.Exa. o presidente da Casa, não traria o assunto para discutir nesses termos”, afirmou, acrescentando que talvez até discutisse a questão com o presidente da Casa em particular, numa conversa reservada, jamais em plenário.

Presidente do Senado afirma que foi tratado de forma deselegante

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, em discurso, que o jornal *Correio Braziliense* o tratou de forma deselegante ao publicar sua resposta à notícia sobre nepotismo. “Se uma palavra ou outra foi mal posta, foi em função da maneira deselegante com que o jornal me tratou”, afirmou.

Antonio Carlos Magalhães observou que a *Folha de S. Paulo* publicou suas explicações “dentro do princípio sadio do jornalismo, coisa que não aconteceu com o *Correio Braziliense*”.

O presidente do Senado agradeceu ao senador Pedro Simon (PMDB-RS) pelo discurso ponderado que pronunciara pouco antes, abordando o episódio do jornal. Lembrou que teve “os maiores embates” com Simon na legislatura passada, mas ele, no final, reconheceu seu trabalho na presidência do Senado e o estimulou inclusive a se candidatar à reeleição. “Isso foi um gesto de grandeza”, acrescentou.

Antonio Carlos afirmou que tem elevado o nome do Senado como seu presidente, e uma prova disso foi a votação que recebeu ao se candidatar à reeleição. Pedindo perdão “pela imodéstia”, disse que o Senado saiu mais uma vez engrandecido nesta segunda-feira, em São Paulo, quando ele, Antonio Carlos, foi aplaudido de pé por cerca de 1.000 pessoas na Associação Comercial de São Paulo, pelas atitudes que vem tomando na presidência da Casa.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, os 87% de brasileiros que apóiam a CPI do Judiciário podem ter certeza de que o Senado trabalhará para que



Senado trabalhará para que o país “tenha o Judiciário que exige”, garante Antonio Carlos

o país “tenha o Judiciário que exige”. Para ele, cabe agora à CPI “cumprir os seus deveres com a nação, com serenidade, mas com energia. O momento exige serenidade”.

Ao comentar a instalação da CPI dos Bancos, nesta quarta-feira, Antonio Carlos lembrou que o seu partido, o PFL, apoiou sua criação desde o início. Se a CPI não tivesse sido criada, “hoje já haveria motivo para sua instalação”, após as últimas declarações do presidente do Banco Marka, sustentou o presidente do Senado. Para ele, “se o presidente do banco é leviano, não deveria estar no Sistema Financeiro. Se é louco, deveria estar no hospício, e, se é ladrão, deveria estar na cadeia”.

Antonio Carlos: “O que eu tenho de sobra é coragem”

Numa alusão aos parlamentares que hoje falam em coragem e condenam o regime militar, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que essas observações não o atingem e que não nega ter sido governador durante aquele período. “Mas, ao mesmo tempo, posso dizer, a respeito de muitos que falam aqui em coragem, que eu tive muito mais coragem no regime militar do que esses e até, dos que são mais novos, as suas famílias.”

Ao agradecer as palavras de solidariedade que o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) a ele dirigiu, a respeito de matéria do jornal *Correio Braziliense*, Antonio Carlos Magalhães afirmou que a presidência do Senado o tem feito tolerar injustiças, oriundas de alguns senadores que chegaram à Casa sem a devida prática do Parlamento e que, às vezes, se excedem nas expressões usadas contra o presidente da instituição. Em nome da boa convivência, ele disse

ter “aturado” tudo isso, até por entender que a presidência da Casa deve estar acima de tudo.

“E essas injustiças, eu tenho sofrido algumas, até mesmo em relação ao regime militar, que eu não nego ter participado, ter sido governador”, afirmou o parlamentar, para acrescentar que nada disso o atinge. “O que eu tenho de sobra é coragem e a consciência do cumprimento do dever.”

Como exemplo da pouca prática de alguns senadores com o Parlamento, ele referiu-se a afirmações de que o Senado nada fez com relação à questão das medidas provisórias. Em sua opinião, isso indica desconhecimento dos fatos da Casa, porque o plenário votou providências disciplinando o instituto da medida provisória, e a matéria aguarda, há um ano, deliberação da Câmara. Para o presidente do Senado, essa é mais uma demonstração de que a presidência da Casa deve estar acima dessas críticas.

Jader quer relatório da compra e venda de dólares

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) disse ontem, em entrevista coletiva, que vai propor à CPI dos Bancos que requeira os boletins de movimentação da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), relativos às compras e vendas de dólar futuro no período entre 1º de dezembro do ano passado e 28 de fevereiro deste ano. Jader explicou que quer saber como as pessoas físicas e jurídicas envolvidas no caso dos bancos Marka e FonteCindam estavam negociando antes de as denúncias se tornarem públicas.

O líder do PMDB no Senado observou que até o momento não há motivo para convocar o ministro da Fazenda, Pedro Malan, mas se o motivo surgir no curso da CPI o ministro será convocado, bem como qualquer autoridade, e solicitada toda documentação que se faça necessária às investigações.

Jader explicou que as convocações dependem ainda de a CPI dos Bancos tomar conhecimento das informações obtidas pela investigação interna realizada no Banco Central pela atual diretoria. Apesar disso, o senador assegurou que o ex-dono do banco Marka, Salvatore Cacciola, deverá ser convocado já na próxima semana.

INQUÉRITO

A abertura de inquérito por parte da Polícia Federal para apurar a atuação dos bancos Marka e FonteCindam durante a mudança cambial, em janeiro, vai auxiliar os trabalhos da CPI que investigará o sistema financeiro, afirmou ontem o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), autor do requerimento de convocação da comissão.

O senador reuniu-se pela manhã com os integrantes da CPI que pertencem ao PMDB, incluindo o relator indicado, senador João Alberto (MA). Na reunião, foram acertados o roteiro e as providências que serão tomadas no decorrer dos trabalhos da comissão. Tudo vai ser anunciado hoje, a partir das 10h, durante a instalação da CPI.

Jader Barbalho disse que a comissão deverá solicitar estudos e documentos de várias instituições, como o Banco Central e a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). A CPI deverá convocar, segundo o líder do PMDB, ex-presidentes e ex-diretores do Banco Central, além da atual diretoria do BC.

O primeiro depoimento, segundo reafirmou, será do presidente do BC, Arminio Fraga Neto. Mas também serão chamados a depor os ex-presidentes do Banco Central, Gustavo Franco, Francisco Lopes e Gustavo Loyola – este responsável pela execução do Proer, o programa de socorro às instituições financeiras, promovido pelo governo.

Deverão depor na CPI, numa segunda fase, depois das versões oficiais do Banco Central, diretores de instituições financeiras nacionais e estrangeiras, como Citibank e Bank Boston, dentre outras, para esclarecer sobre informações privilegiadas e lucros auferidos com a desvalorização do real, ocorrida em janeiro.

CPI começa a investigar hoje sistema financeiro

Venda de dólares a preços favorecidos e sonegação de impostos estão entre as principais denúncias que devem ser apuradas

O Senado instala hoje a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) proposta pelo líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), para investigar oito denúncias de irregularidades no sistema financeiro desde a desvalorização do real, em janeiro.

Entre as denúncias, encontram-se a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam, e a sonegação de impostos que teria sido praticada por sete grandes bancos que operam no Brasil (Citibank, J. P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia e Crédit Commercial



Jader é autor do requerimento para criação da CPI

de France).

Na primeira reunião, haverá eleição do presidente e do vice da CPI, ao mesmo tempo em que o senador João Alberto (PMDB-MA) deverá ser designado relator. Por acordo entre as lideranças partidárias, a presidência da comissão caberá ao PFL, ficando a relatoria com o PMDB.

Com 11 senadores titulares (quatro do PMDB, três do PFL, dois do PSDB e dois do Bloco Oposição), a CPI disporá de 120 dias para suas apurações. Por sugestão de Jader Barbalho, o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, deverá ser um dos primeiros con-

vocados para depoimento.

Ao propor a CPI, Jader Barbalho alinhava entre os fatos para investigação a responsabilidade pelo vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos “lucros exorbitantes”, por ocasião da maxidesvalorização do real. Consta ainda apuração de responsabilidade pela retirada do país, “de forma irregular e fraudulenta”, de aproximadamente US\$ 400 milhões, mediante utilização do Fundo de Investimento no Exterior (Fiex).

De acordo com o requerimento de sua criação, a CPI deverá também investigar os elevados lucros obtidos por bancos estrangeiros na compra de títulos públicos, em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional.

ACM defende detenção de ex-dono de banco para esclarecer acusações

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu na manhã de ontem a prisão preventiva do ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, para que esclareça as notícias de que teria dado propinas a um alto funcionário do Banco Central em troca de informações privilegiadas.

No entender do senador, ou o banqueiro é mentiroso e deveria ser castigado por difundir tais versões, ou está falando a verdade “e é preciso

excluir do serviço público e punir essas figuras, que não merecem estar onde se encontram”, e também responsabilizar criminalmente o empresário como corruptor.

Antonio Carlos considera que tais fatos apenas “reforçam a importância da CPI dos Bancos”, que deverá ser instalada hoje no Senado (*veja matéria acima*). Ele confirmou, ainda, ter recebido um telefonema do ministro da Fazenda, Pedro Malan, por ocasião da sabati-

na do ex-presidente do BC, Francisco Lopes, pedindo o adiamento daquele ato.

– O ministro realmente pediu, mas não deu as razões e a sabatina foi mantida – esclareceu.

Com relação à CPI do Judiciário, o presidente do Senado considerou “sábia” a decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de não tentar questionar a validade da comissão parlamentar de inquérito junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Presidente e diretor do BC devem abrir a série de depoimentos

Estão prontos os textos dos requerimentos de convocação do presidente e do diretor de Fiscalização do Banco Central, Arminio Fraga e Luiz Carlos Alvarez. A informação foi confirmada ontem pelo relator indicado da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará o sistema financeiro, senador João Alberto Souza (PMDB-MA). Ele revelou em entrevista ao *Jornal do Senado* que Fraga e Alvarez deverão ser ouvidos amanhã.

O senador disse que já tem um roteiro de trabalho para ser analisado hoje pela comissão, após a instalação da CPI e eleição do seu presidente e do vice, em reunião prevista para as 10h. Ele observou que o roteiro de trabalho depende de aprovação da CPI. Segundo João Alberto, as demais convocações vão depender do relato de Fraga sobre as denúncias divulgadas pela imprensa, notadamente o caso da ajuda financeira dada pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCindam.

– Quando o presidente Arminio Fraga chegou ao Banco Central, as denún-

cias já existiam. Precisamos analisar as informações que ele tem a respeito dessas denúncias para decidirmos quem vamos convocar em seguida – explicou o relator, já dando como certas as convocações dos ex-presidentes do BC Francisco Lopes e Gustavo Franco, e do ex-dono do banco Marka, Salvatore Cacciola.

O senador Bello Parga (PFL-MA) foi confirmado para presidente da CPI do Sistema Financeiro pelo líder do seu partido, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), depois de conversa telefônica com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga. O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), disse que o seu partido recusou a oferta do PFL para ocupar a presidência da CPI. “Vamos participar da CPI como membros porque a nossa prioridade são as reformas”, explicou o líder do PSDB. Ele



João Alberto: novas convocações dependem dos depoimentos iniciais

não descartou, também, a hipótese de o PSDB abrir mão do direito de indicar o vice-presidente da comissão.

A CPI do Sistema Financeiro terá 11 membros titulares e sete suplentes. Os senadores titulares são: Fernando Bezerra (PMDB-RN), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), João Alberto Souza (PMDB-MA), José Alencar (PMDB-MG), Bello Parga (PFL-MA), Romeu Tuma (PFL-SP), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Roberto Arruda (PSDB-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).

Os senadores suplentes são: Pedro Simon (PMDB-RS), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Jader Barbalho (PMDB-PA), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Romero Jucá (PSDB-RR), Emilia Fernandes (PDT-RS).



Requião: BC permitiu que instituições corresse risco considerado “inaceitável”

Requião aponta nepotismo no socorro a banqueiros

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) classificou ontem como “nepotismo do Banco Central e do governo Fernando Henrique” a decisão dessa instituição financeira de ajudar os bancos Marka e FonteCindam, vendendo-lhes dólares a preços abaixo dos cobrados no mercado pelo próprio BC. Para o senador, uma operação que expõe 20 vezes o patrimônio líquido do Banco Marka deveria, no mínimo, chamar a atenção da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e do BC:

– O nepotismo, às vezes, não se resume à contratação de parentes, mas toma essas características cíclicas quando o governo ideologicamente ou corruptamente (que se averigüe na CPI) passa a privilegiar e a defender banqueiros, dando a eles um extraordinário seguro que os coloca imunes a perdas, por mais terríveis que sejam as manobras que façam com dinheiro público, desde que as façam em conluio com o Banco Central – afirmou o senador.

Requião questionou a falta de convalidação da decisão do BC pelo Conselho Monetário Nacional e a falta de explicação detalhada à sociedade sobre o que é “o tal risco sistêmico”, para que todos possam entender porque foi dado auxílio àqueles bancos. Dentre as funções do BC, o senador questionou a de cuidar para que todas as instituições financeiras operem em condições de risco aceitáveis. “Como então os bancos privilegiados chegaram à situação de risco inaceitável?”, perguntou o senador.

Ele denunciou que o Banco Marka operava por intermédio de uma corretora de propriedade do vice-presidente da BM&F. “Do ponto de vista filosófico, o favorecimento indica falta de crença no mercado. Do ponto de vista ético, a discriminação entre os donos de bancos e cotistas é inadmissível, porque aqueles foram privilegiados e estes, prejudicados. Muito menos admissível é a sociedade pagar o custo da pilantragem do BC e dos erros dos banqueiros”.

Roberto Requião indagou se a intervenção utilizada foi a mais apropriada, visto que os custos foram absorvidos diretamente pelo governo brasileiro, quando poderiam ser absorvidos pelos integrantes do sistema. Ele lembrou que os mecanismos privados são mais eficientes para cobrar dívidas e menos sujeitos a influência política.

Dutra quer plebiscito antes de privatizar Chesf

Senador sergipano pede apoio do plenário para projeto de decreto legislativo, apresentado em conjunto com Heloísa Helena, condicionando venda da empresa hidrelétrica a uma consulta popular prévia

Consultor diz que servidor não é o "vilão" do ajuste

Em palestra intitulada *A Reforma da Previdência e os Regimes Previdenciários dos Servidores Públicos*, o consultor legislativo do Senado Gilberto Gerzoni contestou a idéia de que a previdência do servidor público é o "vilão do ajuste fiscal" e disse que não é possível falar em déficit no sistema previdenciário do servidor público:

– Os problemas são reais, as despesas com a Previdência têm crescido. Mas não há como falar em déficit se o sistema de previdência do servidor público não é fechado, em que arrecadação e despesas precisam se equilibrar. As despesas com inativos podem ser elevadas, mas não é déficit, é mais um item da despesa pública.

O evento, promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), foi aberto pelo diretor-geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia. Participaram da mesa ainda o debatedor Roberto Barbosa e o deputado Vicente Caropreso (PSDB-SC).

Agaciel ressalta busca da modernização pelo Senado

Na abertura da palestra promovida pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, destacou que o evento estava sendo transmitido pelo circuito interno de televisão e que, no futuro, iniciativas semelhantes poderão ser vistas em diversos municípios brasileiros mediante teleconferência. O diretor-geral reportou-se ainda à intenção do Senado de investir na modernização, com informação e comunicação:

– O objetivo de fortalecer o sistema de informação do Senado é dar possibilidade de mais qualidade ao trabalho legislativo. A informação é o combustível da atuação parlamentar – afirmou.

Agaciel disse que a palestra faz parte desse trabalho e previu que, graças à estratégia adotada pelo Senado, o ILB se transformará, no futuro, numa universidade a distância, permitindo que servidores dos legislativos de todo o Brasil possam acompanhar seus cursos e seminários.

Entre as iniciativas para moderni-

Gilberto Gerzoni comentou que a Previdência Social é um tema que tem recebido grande atenção mundial, graças, principalmente ao aumento da expectativa de vida e à redução da natalidade. "Esse é um problema grave para os sistemas previdenciários, principalmente os de repartição, em que o arrecadado dos ativos paga as aposentadorias", disse.

O outro sistema mais comum é o de capitalização, em que a pessoa recebe no futuro o que recolheu. "Mas não é usado com sucesso em sistemas de previdência básica", afirmou. O especialista destacou que os sistemas de previdência são de longo prazo e que, portanto, é possível detectar problemas com décadas de antecedência.

O especialista explicou que a aposentadoria é extensão do fato de a pessoa ser servidora pública. "Há uma continuidade entre o ativo e o inativo, uma vez que é o mesmo ente que paga (Estado)", explicou.



Agaciel destacou medidas que abriram o Senado para a integração com a sociedade

zar a instituição, Agaciel destacou a transmissão da programação da TV Senado por UHF a disponibilização, em meio eletrônico, do banco de dados do Senado e a manutenção da interface com parlamentos da América Latina. "O Senado uruguaio colocou em funcionamento uma linha 0800 como a nossa", exemplificou. O diretor-geral acredita que o Senado brasileiro é hoje um centro de excelência, que serve como parâmetro para o desenvolvimento dos senados da América do Sul.

– Queremos aumentar a interação com a sociedade – afirmou.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) pediu apoio aos demais senadores para a aprovação do projeto de decreto legislativo, apresentado por ele e pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), que propõe a realização de um plebiscito para que a população dos estados nordestinos decida sobre o processo de privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Na opinião do senador por Sergipe, privatizar uma companhia hidrelétrica significa, na prática, pri-



Dutra: "Nem os EUA privatizaram sua empresa hidrelétrica"

vatizar um rio, na medida em que suas águas não são utilizadas apenas para gerar energia elétrica. Ele ressaltou a importância do Rio São Francisco, conhecido como rio da integração nacional, que tem papel fundamental para a população nordestina:

– Numa situação em que um processo de privatização extrapola uma mera decisão econômico-financeira, é fundamental que as populações envolvidas diretamente venham a ser convocadas a emitir sua opinião. Na minha opinião

essa decisão não pode e nem deve ficar restrita, a exemplo de outras privatizações, ao Conselho Nacional de Desestatização – opinou José Eduardo Dutra.

Comentando os efeitos de uma possível privatização da Chesf, o senador disse que se ela passar para a iniciativa privada da forma proposta pelo governo federal, a população do Nordeste, sobretudo as futuras gerações, deverá sofrer um impacto muito grande.

Dutra destacou que nem mesmo os Estados Unidos privatizaram a sua companhia hidrelétrica: "Com sua tradição privatista, os EUA não têm estatais de petróleo nem de mineração, mas em compensação optaram por não fazer a privatização de sua empresa hidrelétrica".

Ronaldo recorda aniversário do falecimento de Humberto Lucena

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) prestou ontem uma homenagem à memória do ex-senador Humberto Lucena, pela passagem do primeiro aniversário do seu falecimento. Senador por três mandatos, Lucena foi por duas vezes presidente da Casa e cinco vezes líder de seu partido, em seus 40 anos de vida pública, lembrou Ronaldo. "Ele fez política por sacerdócio, não como negócio", ressaltou.

Segundo o senador pela Paraíba, Humberto Lucena sempre pautou sua vida pela correção e grandeza, manteve conduta política retilínea e morreu pobre. "Ele viveu sem ostentação, não tinha nada mais do que a honradez de sua vida públi-

ca. Ele faz muita falta aos companheiros; a Paraíba lhe deve muito, o Senado e o Brasil ainda mais", disse.

Ronaldo lembrou, com amargura, a injustiça feita contra Lucena, no episódio da impressão de calendários na gráfica do Senado, quando a imprensa e a Justiça Eleitoral consideraram o ato como propaganda eleitoral, tentando impugnar sua candidatura a mais um mandato de senador. "Acompanhei sua angústia, bem como sua recusa em arrolar nomes de tantos outros políticos que haviam feito o mesmo. Ele aca-



Ronaldo: "Lucena sempre pautou sua vida pela correção e grandeza"

bou inocentado pelos votos dos paraibanos que o elegeram nas urnas", enfatizou.

Ney Suassuna (PMDB-PB), Bernardo Cabral (PFL-AM) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacaram a simplicidade da vida de

Lucena e a grandeza de seu espírito público. Para Pedro Simon (PMDB-RS), ele sempre esteve presente nas horas mais difíceis da política do Brasil.

Comissão aprova projeto que dá nome de JK ao aeroporto de Brasília

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PD), aprovou ontem projeto de lei de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que modifica o nome do Aeroporto Internacional de Brasília para Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubistchek. O relator da matéria, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), deu parecer favorável.

Também foi aprovada proposta originária da Câmara dos Deputados que muda o Dia da Imprensa, comemorado atualmente a cada 10 de setembro, para o dia 1º de junho. A senadora Heloísa

Helena (PT-AL), relatora da matéria, ofereceu parecer favorável.

A CE aprovou ainda, em caráter terminativo, projeto do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) que cria o Dia Nacional do Choro. A data proposta para a comemoração é 23 de abril, dia de nascimento do compositor Pixinguinha.

Durante a reunião, foram aprovados, finalmente, projetos de decreto legislativo autorizando a renovação de concessões e permissões de funcionamento de dez rádios e uma emissora de televisão, que serão encaminhados à apreciação do plenário.



Heloísa relatou favoravelmente proposta de mudança do Dia da Imprensa para 1º de junho

Projeto permite desapropriação de imóveis urbanos subutilizados

Projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) permite que municípios desapropriem terrenos urbanos não edificados ou subutilizados. Com a proposta, o senador procura disciplinar dispositivo constitucional que faculta aos municípios exigir dos proprietários a adequada utilização dos solos urbanos.



Com o projeto, Freire quer dificultar a especulação imobiliária

De acordo com a proposição, os terrenos sem construções ou com ocupações que não atendam aos requisitos mínimos previstos no plano diretor poderão ser, além de desapropriados, divididos, ou recebe-

rem edificações compulsórias. Os municípios podem optar, ainda, por taxá-los progressivamente no tempo.

Freire diz que a existência de terrenos ociosos nas áreas urbanas é um dos problemas mais comuns enfrentados pelos poderes públicos municipais. Com o projeto, o senador pretende acabar com a transformação da propriedade em mero

título negociável em mercado financeiro. "A finalidade precípua do solo urbano é servir de suporte às atividades necessárias ao desenvolvimento da cidade e ao bem-estar de seus cidadãos", destacou.

Arruda pretende restringir concessão de auxílio-moradia

Projeto de lei proíbe o pagamento do benefício a parlamentares, ministros e servidores públicos civis que tenham residência no DF

Qualquer parlamentar, ministro de Estado, membro do Poder Judiciário ou servidor público civil que possua residência no Distrito Federal não terá mais direito a auxílio-moradia, mesmo que suas atividades exijam a sua presença na capital da República.

Projeto de lei nesse sentido foi apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e prevê que "a omissão na prestação da informação, bem como a sua falsidade, será punida civil e penalmente nos termos da lei". Imóvel no nome do cônjuge também será considerado para efeito de perda do direito do auxílio-moradia.

Arruda argumenta na justificção



José Roberto Arruda diz que abriu mão do auxílio-moradia desde o início do seu mandato

do projeto que a regulamentação do auxílio-moradia é importante para evitar o desvirtuamento de sua

função. O senador cita o recente caso dos deputados distritais que se autoconcederam o auxílio-moradia como um mau exemplo de uso do benefício.

— Quem possui residência no DF não tem por que querer receber auxílio-moradia — sustenta o senador, esclarecendo que abriu mão do benefício desde o início de seu mandato, há mais de quatro anos.

Arruda diz que a decisão de incluir todos os poderes da República no projeto tem como objetivo evitar privilégios. "As justificativas para concessão do auxílio são as mesmas em qualquer situação e por isso não seria justo darmos tratamento diferente a esse ou àquele Poder", afirma.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Judô
7h30 — Especial Unip — Depressão da Mulher - 1ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Saúde Todo Dia — Ginástica Especializada
8h30 — Jornal do Senado
8h55 — Senado em Pauta
9h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
10h — CPI do Sistema Financeiro (vivo)
10h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
12h55 — Senado em Pauta
13h — Cores do Brasil — Sergipe
13h30 — Agenda Econômica
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Judiciário
20h — Cores do Brasil — Rio de Janeiro
20h30 — Entrevista com o senador Jonas Pinheiro
21h — Jornal do Senado
21h15 — Agenda Econômica

21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Althoff propõe regra para inelegibilidade de parentes

Com o propósito de adequar a regra da inelegibilidade decorrente de parentesco com o instituto da reeleição, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) apresentou proposta de emenda constitucional determinando que são inelegíveis o cônjuge e os parentes, até o segundo grau ou por adoção, do presidente da República, governador, prefeito ou de quem os haja substituído nos seis meses anteriores ao pleito, exceto quando já tiver mandato eletivo e for candidato à reeleição ou a outro cargo cuja reeleição seja permitida ao titular.

Lembrando que no Brasil agora é permitida a reeleição do chefe do Executivo, o senador alegou que isso significa que, podendo agora o presidente, o governador ou o prefeito candidatar-se a um novo mandato

para o mesmo cargo, não há mais como se alegar que possa beneficiar os parentes na hipótese de que um desses venha a disputar o mesmo cargo. Isso porque, nesse caso, a disputa estará sendo entre o titular do cargo e um parente seu, fato que afasta a possibilidade de um beneficiar o outro.

O parlamentar defendeu sua iniciativa explicando que, com a adoção do instituto da reeleição, ocorreu significativa mudança no sistema constitucional brasileiro, abrindo-se a possibilidade de o titular da chefia do Poder Executivo, de qualquer dos entes federativos, concorrer ao mesmo cargo na eleição seguinte àquela em que fora eleito. Ele argumentou que o Direito Eleitoral brasileiro vedava a reeleição porque o titular do



Geraldo Althoff quer adequar a inelegibilidade por parentesco ao instituto da reeleição

cargo poderia beneficiar-se dessa condição para buscar um novo mandato nas urnas.

Althoff também observou que o mesmo sentido tem a regra que dispõe sobre a inelegibilidade dos parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau, visto que o que se pretende evitar é que o titular do cargo dele beneficie os que lhe são próximos. Com a adoção da reeleição pelo Brasil, ele afirma que surgiu nova possibilidade no plano das disputas eleitorais, sendo necessário emendar a Constituição.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

ACM recebe delegação de parlamentares

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem uma delegação de parlamentares holandeses, liderada pelo presidente do Senado dos Países Baixos, senador Frits Korthal Altes.

Na audiência, Antonio Carlos discorreu sobre as reformas políticas e econômicas que o governo federal e o Congresso estão realizando, bem como sobre as perspectivas de superação das dificuldades econô-

micas enfrentadas pelo país.

Em seguida, o senador acompanhou os parlamentares na visita ao plenário da Casa, onde descreveu rapidamente a estrutura do Senado e o sistema informatizado que auxilia os senadores no registro de presenças e votações.



ACM falou sobre as reformas à delegação holandesa

Viana questiona critérios de liberação de recursos

Em vez de investir nas regiões mais carentes, governo privilegia as áreas e os setores que menos precisam de verbas, denuncia senador

“Quanto mais pobre um estado, menos dinheiro ele recebe do governo federal para obras de esgoto e de água tratada.” A denúncia foi feita ontem em plenário pelo senador Tião Viana (PT-AC), citando números do próprio governo. “Que prioridade social é essa que beneficia as regiões mais ricas?”, questionou.

Conforme dados do Ministério da Saúde, o governo aplicou na região Norte em obras de saneamento básico (água tratada, esgotos e coleta de lixo) apenas R\$ 24,15 por pessoa, por ano, de 1995 a 98. Já a região Sul contou com R\$ 42,30 por pessoa, no mesmo período.

Tião Viana afirmou que o governo federal “está invertendo totalmente suas prioridades sociais” e parece desconhecer que investimentos em saneamento levam a uma rápida redução da mortalidade infantil. Citou que os estados que menos recebem dinheiro são exatamente aqueles com taxa de mortalidade elevada,



O senador Tião Viana protesta contra a falta de investimento em projetos de saneamento

como o Acre, onde morrem 50 crianças de cada mil nascidas. Em Santa Catarina, onde o governo investiu nos quatro anos pesquisados R\$ 65,92 por pessoa, registra-se umas das menores taxas de mortalidade infantil (23 para cada mil crianças).

Para o senador, é incompreensível que o estado de Alagoas, onde se registra a

maior taxa de mortalidade infantil de todo o Brasil (84 por mil nascidos), tenha recebido apenas R\$ 18,24 por cada habitante, de 95 a 98, no financiamento de obras de saneamento básico.

Tião Viana criticou a prioridade do BNDES nos seus financiamentos, enquanto os governos estaduais e prefeituras têm dificuldades para obter qualquer empréstimo. O senador considerou inaceitável que o dono da Mesbla e do Mappin, empresas em dificuldades financeiras, esteja conseguindo “um vultoso financiamento” de socorro do BNDES ao mesmo tempo em que mantém a posse de um avião executivo de R\$ 30 milhões, usado “para seus deslocamentos, para sua vaidade”.

— Lamento que, enquanto governadores e prefeitos se acotovela em filas em busca de financiamento social, para reduzir a mortalidade infantil, as instituições federais sejam mais sensíveis a quem tem mais dinheiro — afirmou.

Pontes diz que Nordeste é tratado com descaso

Em seu primeiro pronunciamento como senador, Luiz Pontes (PSDB-CE) disse que “a atual compreensão da questão regional reflete uma visão do Brasil a partir da Avenida Paulista, uma maneira paulistana de pensar o país”.

Ele destacou dois projetos prioritários para o Nordeste: a transposição das águas do São Francisco, pelo governo federal, e a regionalização dos financiamentos do sistema BNDES, prevista em projeto de autoria do ex-senador Beni Veras, reapresentado neste ano por Jefferson Péres (PDT-AM).



Luiz Pontes criticou a “visão paulistana” das diferenças regionais

Pontes fez um apelo ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Fernando Bezerra, “para que não deixe acontecer com a iniciativa de Jefferson Péres o que aconteceu com a iniciativa de Beni Veras, a qual passou 1997 e 1998 dormindo nas gavetas do relator, sem nenhum debate, sem nenhum aprimoramento”.

O senador apresentou vários dados para mostrar a intensificação das desigualdades regionais, resultante da concentração da aplicação de recursos federais nas regiões Sul e Sudeste, o que refletiria “o des-

caso do governo federal com a Amazônia e com o Nordeste”.

Em 1997, disse o senador, enquanto o sistema BNDES aplicou nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, respectivamente, 146, 137 e 168 dólares *per capita*, a Amazônia e o Nordeste receberam 40 e 52 dólares *per capita*.

Na área de ciência e tecnologia, repetiu-se a mesma distribuição desigual: 83% das bolsas de estudo do Programa de Capacitação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas foram para as regiões Sul e Sudeste, que também abocanharam 81% dos 834 projetos patrocinados pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Eram dessas duas regiões 85% dos pesquisadores e 76% dos bolsistas apoiados pelo CNPq e pela Capes.

Suassuna quer reativação de Comissão da Seca

Ao registrar que a seca continua a castigar vários estados nordestinos apesar da imprensa e de as autoridades federais terem deixado de falar no assunto, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a reabertura da Comissão Temporária da Seca no Senado e a transposição das águas do rio São Francisco para municípios de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Na opinião de Suassuna, mesmo tendo chovido na maior parte da região, as dificuldades continuam.

— Em alguns municípios, as chuvas são esparsas. Mesmo em Recife, capital de Pernambuco, a falta d’água permanece, a ponto de se estar fazendo racionamento. É preciso que a Comissão da Seca seja instalada para que possamos

dizer a verdade da situação — justificou.

Para o senador, a comissão poderá levantar a real situação da estiagem no Nordeste. Ele acrescentou que os integrantes da comissão também poderão oferecer sugestões para que o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) possa ser reestruturado.

Ney Suassuna revelou que os governadores de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte estiveram reunidos no Ministério das Políticas Regionais no início da noite desta terça-feira, discutindo ca-



Suassuna: seca sumiu do noticiário, não da paisagem nordestina

minhos para acabar com as divergências de opinião sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Ele comentou que a obra trará uma solução permanente para a região, sobretudo para o abastecimento humano.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu a adoção de uma política permanente em favor do desenvolvimento do Nordeste. Ele disse que a população da região não quer caridade, mas trabalho, oportunidade de emprego e desenvolvimento.

Estevão apresenta projetos de mudança da Lei Eleitoral

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) defendeu a aprovação urgente da reforma política, por entender que, devido a falhas na legislação, a vontade do eleitor nem sempre é respeitada. “O relatório elaborado pelo líder do PSDB, Sérgio Machado (CE), abriga várias propostas de aperfeiçoamento, mas acredito haver espaço para propostas complementares”, disse ele.

Luiz Estevão apresentará três projetos. O primeiro garante transporte coletivo gratuito para todos os eleitores, no dia das eleições. “Estamos diante de um dilema: obrigamos o eleitor a votar mas, no caso de populações carentes, não lhe damos condições. No DF, pesquisas mostram que 20% dos eleitores não votam por não terem o dinheiro da passagem”, garantiu.

O segundo projeto pretende evitar fraudes na urna eletrônica, explicou Estevão: “Para votar por eleitor ausente, basta que o mesário use o número do eleitor que não compareceu para abrir a urna. Assim, meu projeto pretende incluir a exigência de cada eleitor digitar sua data de nascimento, antes de votar. Como essa informação não consta da listagem fornecida a mesários, fica fechada essa possibilidade.”

O terceiro projeto pretende impedir



Uma das propostas de Estevão restringe a possibilidade de voto eletrônico fraudulento

que, nas eleições proporcionais, um candidato com mais votos de um partido seja preterido por outro, com mais votos, em função do quociente eleitoral e dos votos de legenda. “Pelo projeto, os votos de legenda serão divididos entre os candidatos do partido, proporcionalmente à sua votação individual”, afirmou Estevão, cujas sugestões foram aprovadas pelos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Ademir cobra investimentos prometidos pela CVRD

Ao registrar reunião realizada segunda-feira em que o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Jório Dauster, reafirmou ao governador do Pará, Almir Gabriel, a desistência da empresa em investir no Projeto Cobre Salobo, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou para que o governo federal exerça o seu direito de cobrar a realização dos investimentos acertados pelo grupo privado que adquiriu a empresa.

Através do Projeto Cobre Salobo, que previa investimentos de US\$ 4 bilhões, o minério de cobre de salobo, na área de Carajás (PA) seria processado e refinado em Marabá, permitindo a exportação do cobre na forma metálica, permitindo maior agregação de valor e gerando mais renda e tributos para o país e o estado. Segundo Ademir, o projeto iria “inaugurar um

processo de industrialização do minério no estado do Pará”.

O recuo nos investimentos é atribuído à queda do preço de cobre no mercado internacional. Ademir Andrade recordou que os insistentes alertas que a oposição havia feito sobre os prejuízos que a privatização da companhia poderia trazer para o Brasil estão se concretizando.

DIA DO TRABALHO

Também na sessão de ontem, Ademir apresentou requerimento solicitando que seja reservada a hora do expediente do dia 29 de abril para a comemoração do Dia do Trabalho. Ele argumentou que, na sessão, poderá ser lembrado “que é no trabalho que o ser humano tem seu ponto de apoio para conviver na sociedade e desenvolver sua própria personalidade”.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1999

1

Requerimento nº 107, de 1999. Senador Romero Jucá. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 16 e 23, de 1999, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Rorainópolis (RR). Resultado: Aprovado. Os Projetos de Lei do Senado nºs 16 e 23, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Educação.

2

Requerimento nº 108, de 1999. Senador Romero Jucá. Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 17 e 46, de 1999, por versarem sobre a criação de Escola Agrotécnica Federal de Normandia (RR). Resultado: Aprovado. Os Projetos de Lei do Senado nºs 17 e 46, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Educação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa